

O CENÁRIO DO USO DE SISTEMAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DIGITAL DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO NOS MINISTÉRIOS FEDERAIS BRASILEIROS

Julia Araujo Donato¹
Laila Guimarães Cardoso²
Maria Carolina Gonçalves da Silva³

RESUMO: Com a nova realidade de documentos nato digitais, inserida pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos ministérios federais brasileiros, a difusão e preservação necessitam se adaptar. Assim, este estudo tem por objetivo levantar quais as medidas estão sendo adotadas com relação ao acesso e à preservação dos documentos digitais, por meio das ferramentas AtoM e Archivematica. Além disso, visa contribuir com as discussões sobre o papel dos arquivos na disseminação e preservação da informação por meio de tecnologias. O estudo foi dividido em três etapas: primeiramente, procurou-se delimitar o universo da pesquisa, seguida da etapa de desenvolvimento e aplicação do instrumento de coleta de dados e, por fim, a análise dos dados coletados. A pesquisa verificou que atualmente não há nenhum ministério utilizando ferramentas tecnológicas para a difusão e preservação digital de seus acervos arquivísticos. Então, cabe aos órgãos, a gestão das informações que são produzidas diariamente na execução de suas atividades e isto inclui o cuidado com a posteridade e a possível utilização e acesso destas informações por gerações futuras. Dessa forma, torna-se essencial consolidar os procedimentos da preservação e difusão do acervo físico e digital, para que os arquivos cumpram com suas funções e possam atender as demandas dos cidadãos.

Palavras-chave: Archivematica. AtoM. Difusão. Preservação. Documento digital.

THE SCENARIO OF THE USE OF SYSTEMS OF DIFFUSION AND DIGITAL PRESERVATION OF THE ARCHIVAL DOCUMENTS IN THE BRAZILIAN FEDERAL MINISTRIES

ABSTRACT: With the new reality of digital born documents, inserted by the Electronic Information System - SEI in Brazilian federal ministries, the diffusion and preservation need to adapt. The aim of this study is to determine which measures are being taken in relation to the access and preservation of digital documents, through the tools AtoM and Archivematica. In addition, it aims to contribute to the discussions about the role of archives in the dissemination and preservation of information through technologies. The study was divided into three stages: first, we sought to delimit the research universe, followed by the development stage and the application of the data collection instrument, and, finally, the analysis of the data collected. The research verified that there is currently no ministry using technological tools for the diffusion and digital preservation of its archival collections. It is then up to the organs to manage the information that is produced daily in the execution of

¹ Graduada em Arquivologia, assistente de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), juliaadonato@gmail.com.

² Graduada em Arquivologia, assistente de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), lailagc9@gmail.com.

³ Graduada em Arquivologia, assistente de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), mariacarolina2b@gmail.com.

their activities and this includes care with posterity and the possible use and access of this information by future generations. In this way, it is essential to consolidate the procedures for the preservation and diffusion of the physical and digital assets, so that the files fulfill their functions and can meet the demands of the citizens.

Keywords: Archivematica. AtoM. Diffusion. Preservation. Digital document.

1 INTRODUÇÃO

A estrutura do estado brasileiro é dividida em três poderes, no qual o poder executivo é exercido pelo Presidente da República, apoiado pelos ministros de estado que atuam em áreas de competências específicas, coordenando e supervisionando órgãos e entidades da administração federal. Assim, entre os diversos órgãos governamentais, os ministérios federais estão subordinados diretamente à Presidência da República, possuindo autonomia administrativa e financeira, para execução de ações a serviço dos cidadãos.

Os ministérios federais são estruturas administrativas que coordenam, orientam e supervisionam ações de sua área de competência, além de expedir instruções para execução de leis ou outro ato jurídico no âmbito de sua gestão. Dada a complexidade de suas atividades e o grande fluxo documental, há a produção de muitos documentos em que estão registradas informações públicas. Desse modo, fica evidente a importância da gestão de documentos para garantir a organicidade, priorizando a rede de relações e contexto dos documentos, como apresentado por Bellotto (2015) e, dessa forma, garantir o acesso às informações úteis e estratégicas, de forma segura, eficiente, transparente e autêntica no âmbito dos órgãos públicos.

Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamenta o acesso à informação previsto pela Constituição como um direito fundamental dos cidadãos. Em uma reflexão sobre a LAI no Poder Executivo, Sousa, Oliveira e Sousa (2016) discutem a importância dos arquivos, que realizam a salvaguarda dos documentos resultantes das atividades dos órgãos, possibilitando o acesso. Os autores destacam a responsabilidade dos agentes públicos no processo de fornecer acesso à informação no âmbito governamental.

A inclusão dos arquivos na discussão sobre o acesso à informação encontra alinhamento com os entendimentos de Teixeira e Venâncio (2017), no qual advogam pela gestão da informação como atividade para a garantia da oferta de acesso e a participação dos arquivos na aplicação da LAI. A centralização dos arquivos nos processos voltados ao acesso

à informação reforça o papel do arquivista na mediação da informação entre os órgãos e os usuários.

A Lei de Acesso à Informação cita a utilização de meios de comunicação e tecnologias da informação para a sua efetivação. Nesse cenário, o uso de tecnologias nos arquivos fomenta o acesso aos documentos arquivísticos, respondendo demandas de transparência ativa e passiva. Shintaku (2017) sugere o uso do software Access to Memory (AtoM) e o repositório digital Archivematica, como opções para a disseminação e preservação de documentos de arquivo.

Este estudo tem por objetivo levantar quais as medidas adotadas, no contexto de implementação do Sistema Eletrônico de Informação, no âmbito dos ministérios federais brasileiros, sobre o acesso e a preservação dos documentos digitais, por meio das ferramentas AtoM e Archivematica. Assim, visa contribuir com as discussões sobre o papel dos arquivos na disseminação e preservação da informação por meio de tecnologias.

Esta pesquisa foi desenvolvida em dois objetivos principais e os dados aqui analisados se referem à segunda parte do questionário aplicado. A primeira parte contribuiu para o desenvolvimento de outro estudo, nomeado de “O cenário arquivístico no uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos ministérios federais brasileiros”, que teve como objetivo revelar o uso do SEI nos ministérios. Dessa forma, tornou-se relevante dar continuidade aos estudos, na medida em que foi possível verificar quais os procedimentos posteriores à produção de documentos estão sendo aplicados aos documentos digitais dos ministérios federais.

O presente estudo integra o projeto de pesquisa feito em parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), voltado ao desenvolvimento de modelo de sistema de informação para gestão da informação e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República. Um projeto amplo que envolve vários estudos envolvendo a Ciência da Informação e disciplinas correlatas como Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação e Tecnologia da Informação.

2 DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DIGITAL

Embora haja grandes indecisões terminológicas na literatura arquivística, defende-se que a Arquivologia possui algumas funções, que podem ser compreendidas como “os procedimentos, estabelecidos em termos de Saber, que tornam e dão lógica ao objetivo da

Arquivologia, que é o acesso aos documentos de arquivo.” (SCHMIDT, 2012, p. 209). A partir disso, entende-se que Difusão e Preservação são funções arquivísticas primordiais, já que, de acordo com Couture et al. (2003), são intervenções que gerenciam de modo eficaz e eficiente o conjunto de arquivos de uma determinada instituição.

Além disso, conforme esses autores, a difusão é a ação de transmitir e/ou tornar acessível aos usuários a informação contida nos documentos arquivísticos, a fim de atender às necessidades específicas da sociedade, levando em conta leis e regulamentos sobre acesso e proteção das informações. No caso do Brasil, a difusão deve obedecer a LAI. Ainda com relação aos mesmos autores, ao realizar a difusão, os arquivistas precisam se preocupar com a preservação que é o planejamento consciente, racional e organizado de conservação de documentos de arquivo.

Defende-se aqui a diferença entre acesso e difusão: enquanto o primeiro se trata da disponibilização da informação de forma passiva; o segundo da disponibilização de forma ativa. Isso é, a informação passiva é solicitada pelo usuário e respondida pelas administrações, já a informação ativa é a promoção da informação mesmo sem solicitação formal do usuário, de acordo com o entendimento de Cé e Flores (2016, p. 90).

Com a nova realidade de documentos nato digitais, inserida pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos ministérios federais brasileiros, conforme o explicitado em outra pesquisa realizada por este projeto entre o Ibict e a SNJ, a difusão e preservação necessitam se adaptar. Dessa forma, para dar acesso e difusão ao acervo digital, deve-se utilizar canais formais de comunicação, que são plataformas arquivísticas de descrição, acesso, difusão e transparência ativa, como AtoM, ArchivesSpace ou Archivists' Toolkit. Com relação à preservação digital, o arquivo deve adotar repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), que é um ambiente que oferta preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais, pelo tempo que for necessário, como o Archivematica e o RODA.

A preservação digital é, segundo a definição de Borba e Lima (2009), o conjunto de estratégias que visam minimizar os efeitos da obsolescência tecnológica, bem como a vida útil dos suportes físicos, garantindo a perenidade da informação e tornando-as acessíveis em longo prazo. Ademais, a adoção de um RDC-Arq é fundamental para proteger a autenticidade e a relação orgânica dos documentos arquivísticos.

Além do mais, de acordo como entendimento de Cé e Flores (2016, p. 90):

[...] o uso do software ICA-AtoM (AtoM) é um instrumento fundamental no que tange ao acesso à informação por meio de sua utilização no processo de

descrição, acesso e difusão e, por fim, quando interconexo ao Archivematica permite a criação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) que fornece acesso autêntico aos documentos digitais.

O AtoM é um software livre de código aberto desenvolvido pela empresa Artefactual Systems em colaboração com o Conselho Internacional de Arquivo (CIA) e com outros parceiros internacionais. “AtoM” é um acrônimo para “Acesso à Memória”, tendo como finalidade ser um aplicativo gratuito, multilingue e que permita disponibilizar informações contidas nos documentos ao público de forma online. Além disso, está em consonância com as normas do CIA, como a ISAD(G) (descrição de documentos); ISAAR(CPF) (registro de autoridade arquivística); ISDIAH (descrição de instituições com acervo arquivístico); e ISDF (descrição de funções).

O Archivematica é um software livre, gratuito e de código aberto, também desenvolvido pela empresa Artefactual Systems, que tem como objetivo fazer a guarda em caráter permanente dos documentos em formato digital, de acordo com os padrões exigidos em relação à preservação arquivística. Sua estrutura e funcionamento são normalizados pelo padrão ISO-OAIS, modelo funcional de gestão, preservação e acesso a objetos digitais. O sistema trabalha como um RDC-Arq, criando pacotes de informações específicos para cada fase (submissão, arquivamento e disseminação) em conjunto com outra plataforma que tenha a interface amigável, como o AtoM, fazendo o papel do acesso à informação guardada nos pacotes DIP (Pacote de Disseminação da Informação) produzidos pelo Archivematica com os metadados da informação permanente que é armazenada em AIPs (Pacote de Arquivamento da Informação).

Dessa forma, abordaremos sobre o uso do AtoM e do Archivematica nos ministérios federais brasileiros por serem os softwares mais difundidos e que mais se encaixam na realidade brasileira.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem abordagem qualitativa, considerando as subjetividades dos pontos de vistas das pessoas que participam dos processos, como apresentado por Flick, Kardorff e Steinke (2004) alinhado às questões dos significados sociais. Por meio de indícios observados durante a pesquisa, procurou-se uma discussão mais aprofundada dos fenômenos em um melhor entendimento das realidades sociais.

O estudo foi dividido em três etapas. Primeiramente, procurou-se delimitar o universo da pesquisa, seguida da etapa de desenvolvimento e aplicação do instrumento de coleta de

dados e, por fim, a análise dos dados coletados. Assim, o estudo estruturou-se em levantamento do contato dos ministérios, coleta de dados presencial e análise, tendo todas as etapas alinhadas aos objetivos do estudo.

Na primeira etapa, foi realizada pesquisa nas páginas web das instituições a fim de obter os contatos dos setores de arquivo dos ministérios. Quando não foi possível a marcação da entrevista por telefone, o contato com os órgãos aconteceu pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e em seguida pelos e-mails institucionais dos arquivos. Foi indicado um interlocutor por ministério, sendo que todos os entrevistados trabalhavam nos setores, divisões, núcleos e/ou coordenações responsáveis pelas atividades de arquivo das instituições.

A segunda etapa da pesquisa baseou-se na utilização de um questionário estruturado para a coleta de dados. A aplicação do questionário, durante os meses de fevereiro e março de 2018, foi presencial e quando não foi possível a visita, as respostas foram coletadas pelo e-SIC e/ou pelo e-mail. O questionário foi desenvolvido em três blocos, de forma a obter as seguintes informações:

- **Informações demográficas:** dados sobre os ministérios de forma a caracterizar as instituições participantes do estudo;
- **Informações sobre o arquivo:** dados sobre a unidade estudada, de forma a verificar o perfil profissional e posicionamento da unidade na instituição;
- **Informações sobre o uso do AtoM e Archivematica:** dados sobre o uso de softwares de difusão e preservação de documentos digitais.

Para a análise dos dados, terceira etapa, pretendia-se utilizar a metodologia SWOT, na medida em que Daychoun (2007) afirma que essa ferramenta é útil para verificação de cenários organizacionais, podendo ser úteis para o planejamento estratégico. SWOT é a sigla formada por palavras inglesas Strengths (forças), Weakness (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). No âmbito desta análise, o SWOT seria utilizado como ferramenta para criar o perfil do uso do AtoM e do Archivematica nos ministérios, por meio do levantamento da opinião dos interlocutores sobre os 4 aspectos da técnica.

No entanto, diante da realidade encontrada nos ministérios federais brasileiros, a partir da aplicação do instrumento de coletas de dados, não foi possível realizar a terceira etapa apoiada pela análise SWOT. Isso pode ser justificado pelo fato dos ministérios ainda não terem adotado as ferramentas de acesso, difusão e preservação digital contempladas neste estudo. Portanto, a análise de dados foi feita de forma quali-quantitativa, que identifica o entendimento e procedimentos que os ministérios federais possuem e adotam sobre difusão e

preservação digital de acervos arquivísticos e sobre o conhecimento dos softwares AtoM e Archivematica.

4 RESULTADOS

Este estudo obteve respostas de 19 ministérios (14 respostas por meio de entrevistas e 5 por meio do e-SIC), que equivale a 95% do total. Apenas o Ministério das Relações Exteriores não respondeu à demanda até a data do fechamento da coleta de dados desta pesquisa (abril/2018). Para obtenção dos contatos para a marcação das entrevistas, optou-se pela estratégia de contactar o Serviço de Ouvidoria das instituições. Com essa ação, foi possível obter o contato dos arquivos dos ministérios, mesmo que com certa dificuldade, visto que a ligação era transferida mais de uma vez, revelando que os arquivos podem não ser conhecidos internamente.

A posição das unidades de arquivo nas estruturas administrativas dos ministérios pode ser um indicador das atribuições dos arquivos como setores estratégicos. Este estudo averiguou a quais setores os arquivos estão subordinados, no contexto dos ministérios. Constatou-se que 7 (sete) arquivos estão subordinados à unidades responsáveis pelos recursos logísticos do órgão, 8 (oito) arquivos estão subordinados à Coordenações responsáveis pela documentação, informação, indicadores e gestão de processos, e 4 (quatro) arquivos estão subordinados à unidades responsáveis por obras, serviços gerais e patrimônio.

O estudo coletou que seis unidades de arquivos, que equivalem a 31,7%, não contam com arquivistas. Os treze ministérios restantes possuem 39 arquivistas nas unidades de arquivo, sendo que dez unidades possuem de um a três arquivistas, duas unidades possuem quatro e cinco arquivistas e, isoladamente, a unidade de arquivo do Ministério da Saúde possui 13 arquivistas.

Sobre o quantitativo de colaboradores das unidades de arquivo, foram coletados os dados de que seis unidades (31,57%) possuem de um a cinco funcionários, sete unidades (36,84%) possuem de seis a dez funcionários, quatro (21,05%) possuem de onze a vinte funcionários e duas unidades possuem números mais expressivos, que é o caso do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação com 60 colaboradores e o Ministério da Saúde com 43 colaboradores.

Foi solicitado aos interlocutores que avaliassem o quantitativo de colaboradores e a maioria (68,42%) afirmou que a quantidade de funcionários não é suficiente para a execução das atividades dos arquivos. Sobre o perfil qualitativo das equipes, os interlocutores citaram a

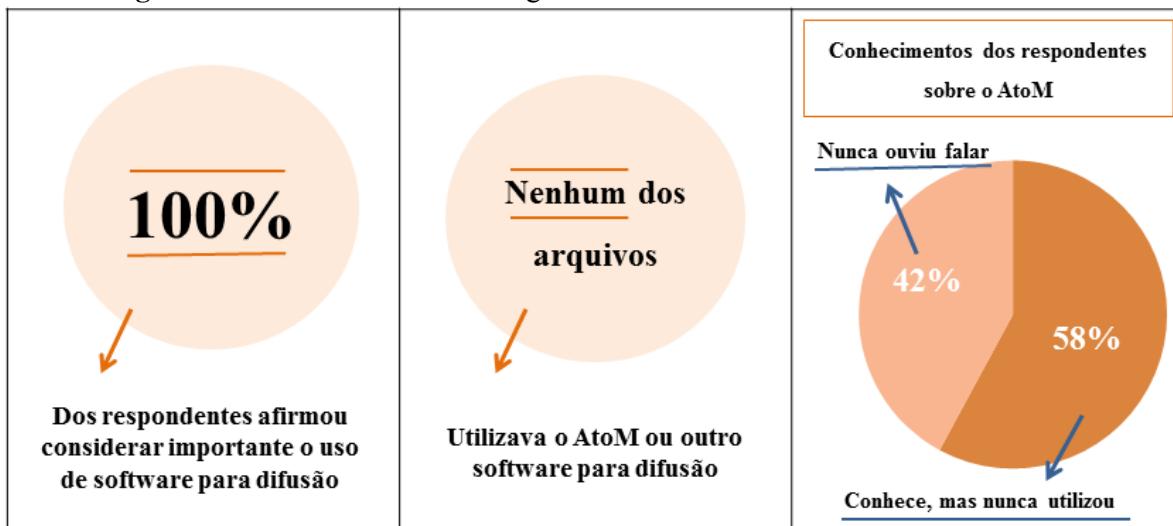
necessidade de contratação de terceirizados por falta de pessoal e o fato dos arquivos serem compostos por profissionais com formações diversificadas. Apesar das peculiaridades, as equipes foram descritas como competentes e dispostas a se capacitarem em cursos de gestão arquivística.

Sobre o uso de softwares que possibilitem a difusão do acervo, todos os 19 interlocutores afirmaram considerar importante o uso de ferramentas tecnológicas que disponibilizem e tornem mais fácil o acesso à informação contida nos documentos de arquivo. A maioria das justificativas está pautada na necessidade de atendimento à Lei de Acesso à Informação, considerando que os arquivos podem ser recursos para cidadania e do direito. Além disso, foi citado que o uso dessas ferramentas proporciona mais agilidade e rapidez na recuperação da informação e no acesso dos usuários internos e externos.

Foi constatado que os arquivos dos ministérios não utilizam o AtoM ou outra ferramenta digital com o objetivo de disseminar informação arquivística. Nenhum dos interlocutores afirmou ter experiência e dominar a ferramenta AtoM. Conforme pode ser observado na Figura 1, onze interlocutores (57,89%) afirmaram ter conhecimento sobre a existência do software, porém nunca o utilizaram e oito interlocutores (42,10%) afirmaram que até o momento nem sabiam da existência do AtoM, sendo que desses pelo menos dois são arquivistas.

Esse último dado pode revelar duas hipóteses em relação ao trabalho dos arquivistas. A primeira é a de que alguns arquivistas não demonstram preocupação com a evolução da área e, por isso, não se importam em se atualizar com o que o mercado de trabalho impõe. Já a segunda é a de que as universidades não incentivam uma formação de profissionais que se voltem para a modernização dos métodos e procedimentos de trabalho, com o uso de novas tecnologias.

Figura 1 - Panorama da difusão digital dos acervos dos ministérios federais.

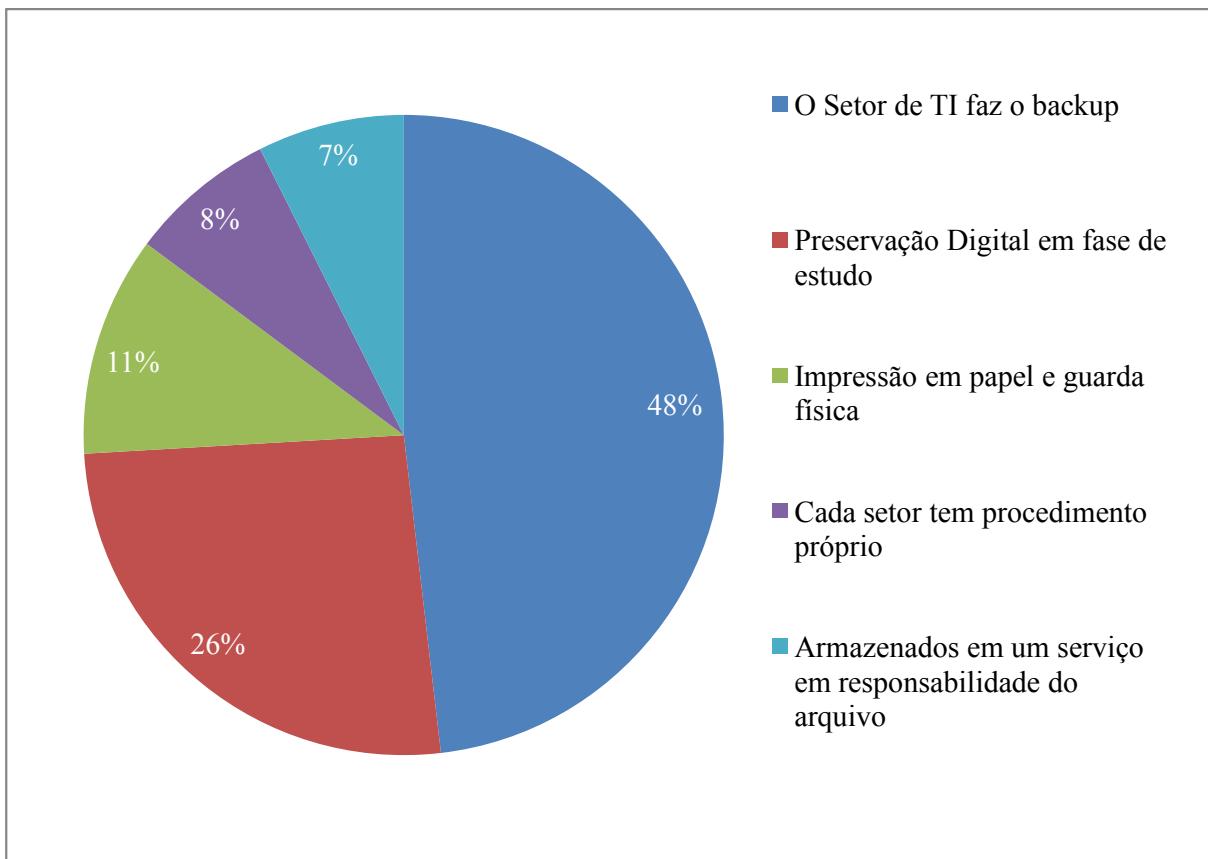


Fonte: Elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

Ademais, todos os 19 interlocutores afirmaram considerar importante o uso de repositórios que sejam capazes de preservar documentos digitais. Alguns respondentes ainda opinaram que o repositório deve garantir a integridade e autenticidade dos documentos e que a memória institucional deve permanecer registrada e guardada.

Somente dois ministérios, o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, informaram estar em fase de teste na implantação do repositório digital Archivematica. Mesmo que os demais ministérios não possuam, neste momento, repositórios arquivísticos digitais, percebe-se que algumas medidas estão sendo adotadas, a fim de assegurar a integridade e autenticidade dos documentos nato-digitais, como apresentado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 - Procedimentos para assegurar a integridade dos documentos nato-digitais



Fonte: Elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

Dos procedimentos adotados visando garantir a integridade dos documentos digitais, o dado mais expressivo é o de que 48% das respostas apontam que o setor de Tecnologia da Informação (TI) é responsável por fazer o backup dos documentos. Isso pode significar riscos à recuperação da informação e preservação dos documentos digitais nos ministérios federais brasileiros, uma vez que os setores de TI não possuem os conhecimentos necessários para garantir a autenticidade e preservação de documentos de arquivo. O ideal é que haja entendimento entre os profissionais arquivistas e os profissionais da tecnologia da informação para que os requisitos de preservação digital, como o modelo ISO-OAIS, sejam preenchidos.

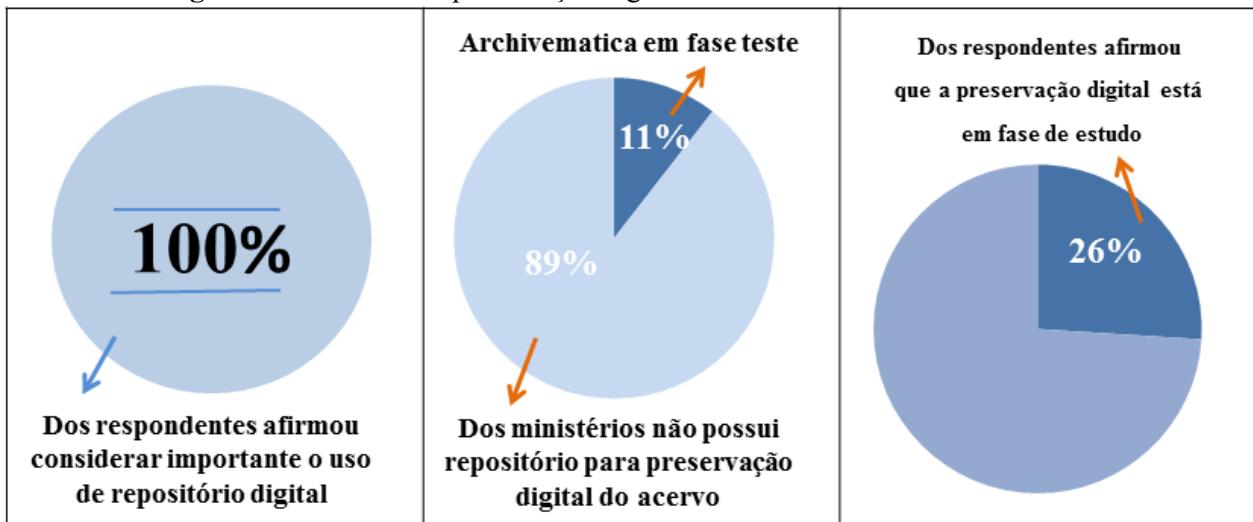
Todos os arquivos visitados não utilizam nenhum repositório arquivístico confiável, apesar de dois ministérios estarem em fase de teste do software Archivematica, mas o que se percebe é que em 26% dos ministérios, já existem estudos voltados para a preservação digital, como pode ser observado na Figura 2. Dos respondentes, 11% informou que ainda estão sendo adotadas medidas de impressão e guarda física dos documentos, o que vai contra a proposta do SEI de acabar com documentos em suporte papel. Essa medida demonstra que há

um desconhecimento, por parte dos arquivos, sobre como fazer a gestão de documentos digitais e até mesmo como deve ser realizada sua preservação nesse novo cenário.

O fato de 8% dos respondentes terem afirmado que cada setor tem seu próprio procedimento para assegurar a integridade dos documentos, demonstra que não há uma uniformidade no que concerne a preservação da documentação produzida. Esse dado é preocupante, quando consideradas as constantes reestruturações dos órgãos da administração federal. Quando cada unidade tem uma forma de preservar seus documentos, o risco de perda é maior, uma vez que não há um padrão normatizado que se manterá, garantindo assim uma preservação correta e sistemática dos documentos natos-digitais.

Outro procedimento adotado é o de armazenamento em serviço que fica em responsabilidade do arquivo, respondido por 7% dos ministérios. Esse dado permite duas análises. A primeira é de que talvez os arquivos ainda não estejam preparados para colocar em prática a preservação dos documentos digitais, uma vez que muitos procedimentos dependem dos conhecimentos específicos da área de TI. Em contrapartida, a segunda é a de que os arquivos conhecem as ferramentas e as técnicas adequadas para que uma gestão de documentos em meio digital seja realizada, considerando a custódia documental desde a produção até sua destinação final e a efetiva preservação digital.

Figura 2: Panorama da preservação digital dos ministérios federais.



Fonte: Elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa verificou que apesar dos arquivos de dois ministérios estarem em fase de teste do repositório Archivematica, atualmente não há nenhum ministério utilizando ferramentas tecnológicas para a difusão e preservação digital de seus acervos arquivísticos. Dessa forma, não foi possível, neste estudo, traçar um perfil do uso desses softwares por meio da técnica SWOT, diferentemente da primeira parte da pesquisa que possibilitou a análise do uso do SEI nos ministérios segundo a resposta dos colaboradores.

Todos os respondentes consideraram importante a utilização de ferramenta tecnológica para difusão do acervo, porém oito deles afirmaram desconhecer o software AtoM. Esse fato é preocupante, uma vez que reconhecendo a importância e necessidade de uso de um meio para difusão, caberia aos agentes públicos, que trabalham com gestão da informação nos ministérios, a atualização e conhecimento sobre o que está sendo amplamente discutido na Ciência da Informação e Arquivologia.

Ademais, todos os respondentes consideraram importante a utilização de repositório para preservação digital dos documentos nato-digitais, porém apenas 07 ministérios possuem equipes responsáveis pelo estudo da preservação digital. Em 13 dos 19 ministérios visitados, o setor responsável pela Tecnologia do órgão faz backup do que é produzido no SEI. Esse dado pode ser objeto de análise de estudos futuros, já que se torna importante avaliar em quais aspectos os arquivos estão perdendo espaços no que concerne o gerenciamento da informação registrada em ambiente digital.

Constatou-se que dos 19 arquivos visitados, 04 arquivos estão ligados à unidades responsáveis por obras, serviços gerais e patrimônio. Tendo em vista que os arquivos já costumam ser unidades com pouca visibilidade dentro das instituições, esse dado corrobora com a visão do senso comum de que os arquivos não passam de depósitos que salvaguardam o “arquivo morto”. Diante disso, os arquivos vivenciam o desafio de serem vistos como unidades estratégicas dentro das instituições.

Nesse contexto, a falta de visibilidade dos arquivos aliado ao fato de que o setor de TI, na maioria dos ministérios, é o responsável pela guarda dos documentos produzidos no SEI, demonstra que, na atual mudança de paradigma (substituição dos documentos em suporte papel), os arquivos e os arquivistas desempenham papéis de coadjuvantes quanto à definição dos procedimentos a serem adotados aos documentos nato-digitais dos ministérios federais.

Na mudança de paradigma já citada, há o evidente uso de tecnologias como ferramentas que solucionem questões de segurança e celeridade de processos informacionais,

porém espera-se que a utilização das tecnologias esteja direcionada a favor das demandas da sociedade. Diante disso, no caso dos arquivos, deve-se adotar a utilização de softwares como AtoM que facilita o processo de difusão, uma vez que, por meio do acesso web do AtoM, os usuários podem encontrar de forma mais simples o que procuram e a utilização do Archivematica que assegura a autenticidade (identidade e integridade) dos documentos arquivísticos.

Se não há uma preocupação quanto à preservação digital dos acervos, há o risco de perda do legado informacional público. Mesmo que os documentos estejam armazenados em algum serviço ou local, não há a garantia da integridade, recuperação, organização, identificação dos itens e muito menos o cumprimento das funções de preservação e difusão.

Como apresentado pela primeira parte desta pesquisa, o uso do SEI nos ministérios se iniciou no ano de 2015 e, passados três anos, como apresentado por este estudo, ainda não existem procedimentos que assegurem a preservação dos documentos nato-digitais, muito menos medidas que atendam à Lei de Acesso à Informação por meio do acesso e difusão do acervo.

Então, cabe aos órgãos a gestão das informações que são produzidas diariamente na execução de suas atividades e isto inclui o cuidado com a posteridade e a possível utilização e acesso destas informações por gerações futuras. Desse modo, torna-se essencial consolidar os procedimentos da preservação e difusão do acervo físico e digital, para que os arquivos cumpram com suas funções e possam atender às demandas dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A Diplomática como chave da teoria da arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v.3, n.2, p.04-13, jul./dez. 2015.

BORBA, Vildeane da Rocha; LIMA, Marcos Galindo. Preservação Digital: modelo orientador para o BDTD/UFPE. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 10, 2009., João Pessoa. **Anais...** Brasil, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3359/2485>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. p. 1 (edição extra). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CÉ, Graziella; FLORES, Daniel. O conceito e a aplicabilidade do ica-atom (atom) como ferramenta de descrição, difusão e acesso do patrimônio documental arquivístico. **Informatio**, Montevidéu, v. 21, n. 2, p. 88-100, 2016.

COUTURE, Carol et al. **Lesfonctions de l'archivistiquecontemporaine**. Universitédu Québec: Canadá, 2003.

DAYCHOUW, Merhi. **40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. 3. ed. Brasport, 2007.

FLICK, Uwe; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines. Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução.]. In **QualitativeForschung: EinHandbuch** [Pesquisa qualitativa - um manual]. Reinbek: Rowohlt, 2004, p. 13-29.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SHINTAKU, Milton. Tecnologias para a gestão da informação. IN: VECHIATO, Fernando Luiz et al. (Org.). **Repositórios digitais**: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Reflexões sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do poder executivo federal. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 77-98, jul./dez. 2016.

TEIXEIRA, Sheila Margareth; VENÂNCIO, Renato Pinto. O papel da 1ª Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ no processo de construção de uma política de Estado para os arquivos brasileiros. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 145-154, 2017.